

PREGÃO ELETRÔNICO

90026/2024

CONTRATANTE (UASG)

(158126)

OBJETO

Pregão Eletrônico SRP - Aquisição de itens de automação para as aulas dos cursos técnicos do IFSUL campus Venâncio Aires

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.907.338,77

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/01/2025 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM/NÃO

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	15
11. DOS RECURSOS	15
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	18

MINUTA DE EDITAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CAMPUS VENÂNCIO AIRES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2024

(Processo Administrativo nº 23356.001021.2024-01)

Torna-se público que o Instituto Federal Sul-rio-grandense - IFSUL, câmpus Venâncio Aires, por meio do Setor de Compras e Licitações (COLIC) sediado(a) na cidade de Venâncio Aires/RS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO SRP, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de itens de automação para as aulas dos cursos técnicos do IFSUL campus Venâncio Aires, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. O órgão gerenciador é o Instituto Federal Sul-rio-grandense, UG 158126 e os órgãos participantes estão descritos na tabela abaixo:

Órgãos participantes	UASG
IFSUL – Campus Venâncio Aires	151964
IFSUL – campus Camaquã	151878
IFSUL – campus Lajeado	155144
IFSUL – campus Santana do Livramento	154773
IFSUL – campus Charqueadas	158340
IFSUL – campus Passo Fundo	158338
IFSUL – campus Sapiranga	155146
IFSUL – campus Sapucaia do Sul	158339
IFRS – campus Ibirubá	1588675

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 3.5. Para os itens 2, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23 e 24 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.10.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. valor unitário do item;
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. Fabricante;
 - 5.1.4. Quantidade cotada
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O **lance** deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de

três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
- 6.19. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 6.20. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).
- 6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%

(cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.22.2.2. empresas brasileiras;
- 6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de no mínimo 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1.SICAF;
 - 7.1.2.Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
 - 7.1.3.Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
 - 7.3.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
 - 7.3.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.5.1.Para a aplicação da margem de preferência, a comprovação será feita com o código de Credenciamento Finame (CFI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme Portaria GM/MDIC nº 217, de 12 de julho de 2024.
- 7.6. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.8.1.contiver vícios insanáveis;
 - 7.8.2.não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.8.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.8.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.8.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá** ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia digital, anexada ao sistema.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

- 8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.
 - 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
 - 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
 - 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.venancio.ifsul.edu.br/licitacoes>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.1.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.2.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9. fraudar a licitação

12.1.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.2.1, 12.1.2.2, 12.1.2.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.2.4, 12.1.2.5, 12.1.2.6, 12.1.2.7, 12.1.2.8, 12.1.2.9, 12.1.2.10, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2.1, 12.1.2.2, 12.1.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.2.4, 12.1.2.5, 12.1.2.6, 12.1.2.7, 12.1.2.8, 12.1.2.9, 12.1.2.10, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.15.1, 1.15.2, 1.15.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.2.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: e-mail comprasva@ifsul.edu.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.venancio.ifsul.edu.br/licitacoes>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3. ANEXO III – Planilha da proposta Comercial

14.11.4. ANEXO IV – Quadro Resumo da IRP

14.11.5. ANEXO V - Quantitativo mínimos e máximos para empenho (por participante)

Venâncio Aires , 12 de dezembro de 2024

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº23356.001021.2024-01)

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. Aquisição de itens para os cursos técnicos do IFSUL campus Venâncio Aires, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (*)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Controlador Lógico Programável compacto, com alimentação 24Vcc, 14 Entradas digitais sink/source 24vcc destas 6 entradas normal, 4 entradas rápidas e 4 entradas de alta velocidade , 10 Saídas digitais a relé, 2 Portas de comunicação Ethernet TCP/IP (RJ45) e Modbus RTU/ASCII. Referência: SCHNEIDER TM200CE24R	613310	Unidade	33	R\$ 3.413,59	R\$ 112.648,47
2	Cartão de expansão frontal compatível com CLP do ITEM1, 2 entradas analógicas (12-bit resolução) 0...10V/ 0...5V/ 0...20mA / 4...20mA 1 saída analógica (12-bit resolução)	484261	Unidade	32	R\$ 2.432,35	R\$ 77.835,20

	0...10V/ 0...5V/ 0...20mA / 4...20mA. Referência: SCHNEIDER TMCR2AM3					
3	Cartão de expansão frontal compatível com CLP do ITEM1, deve ter 2 entradas para temperatura (12 ou 14-bit resolução dependendo da entrada de sinal) tipos de sensores K, J, R, S, B, E, T, N, C, PT100, PT1000, NI100, NI1000. Referência: SCHNEIDER TMCR2TI2	458830	Unidade	32	R\$ 2.736,74	R\$ 87.575,68
4	IHM display Touch Screen tamanho 7 polegadas, resolução 800 x 480 pixels , IP65, Alimentação 24Vdc, comunicação RS232 e RS485, Ethernet TCP/IP, RTC, Compatível com software Vijeo Designer Basic. Referência: SCHNEIDER HMIET6400	454857	Unidade	32	R\$ 9.388,57	R\$ 300.434,24
5	Switch não gerenciável 5 portas TCP/IP ETHERNET conexão RJ45,	343855	Unidade	35	R\$ 2.912,49	R\$ 101.937,15

	Tensão de alimentação 24 Vdc, compatível com montagem trilho DIN de 35 mm. Referência: SCHNEIDER MCSESU053FN0					
6	Sensores Flexíveis com Mola e Baioneta; - Sensor temperatura Termopar tipo J, 6 MM de diâmetro, com 2000 MM de cabo de malha de aço e terminal na ponta. Referência: DIGIMEC; SIBRATEC	372331	Unidade	67	R\$ 108,07	R\$ 7.240,69
7	Controlador Lógico Programável compacto, com alimentação 24Vcc, 8 entradas digitais, 4 entradas analógicas (12 bits), 8 saídas a relé e função comunicação RS485 modbus RTU incorporado. Referência: WEG CLW02 20VR-D	476373	Unidade	41	R\$ 1.913,38	R\$ 78.448,58
8	Cabo de programação: Compatível com CLP WEG CLIC 02 - versão USB. Referência: Marca: WEG Modelo: CLW02/ULINK	341630	Unidade	54	R\$ 612,45	R\$ 33.072,30

9	Modulo de expansão com 2 saídas analógicas 0-10 V cc / 0-20 mA - 12 bits. Referência: WEG CLW-02 2AO 3RD	484261	Unidade	39	R\$ 2.516,59	R\$ 98.147,01
10	Modulo de expansão 4 entradas digitais e 4 saídas digitais a transistor, alimentação 24Vdc, Compatível com CLP WEG linha Clic CLW02, Montado sobre trilho DIN. Referência: WEG CLW-02 8ET-D	450331	Unidade	39	R\$ 1.440,80	R\$ 56.191,20
11	Modulo de expansão para comunicação RS485, escravo Modbus, Compatível com CLP WEG linha Clic CLW02, Montado sobre trilho DIN. Referência: WEG CLW-02 MBUS 3RD	484261	Unidade	42	R\$ 3.337,18	R\$ 140.161,56
12	Sensor indutivo tubular M18 corpo latão niquelado Faceado, com distância de detecção entre 1 até 15mm, saída transistor 200mA PNP, com 4 Fios, alimentação 24Vdc, IP67, contendo led	399497	Unidade	86	R\$ 234,99	R\$ 20.209,14

	de indicação					
13	Sensor Capacitivo tubular M18 corpo latão niquelado com distância de detecção entre 8 até 25mm, saída transistor 200mA PNP, com 4 Fios, alimentação 24Vdc, IP67, contendo led de indicação. Referência: CPW22 WEG	399473	Unidade	86	R\$ 232,27	R\$ 19.975,22
14	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo reflexão difusa com ajuste de sensibilidade (distância de até 20cm), saída PNP 4 fios NA + NF, com cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc	475472	Unidade	110	R\$ 196,61	R\$ 21.627,10
15	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo barreira com ajuste de sensibilidade (distância de até 10 metros ou mais), saída PNP 4 fios NA+NF, com cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc	399713	Unidade	88	R\$ 1.025,47	R\$ 90.241,36
16	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo retroreflexivo (distância de até 2 metros), saída PNP 4 fios NA+NF, com	399543	Unidade	103	R\$ 738,48	R\$ 76.063,44

	cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc (DEVE ACOMPANHAR REFLETOR COMPATIVEL)					
17	Sensor magnético de segurança retangular que atendem as normas vigentes NR12, alimentação 24Vdc, saída 1NA+2NF, com cabo de 2 metros. Referência: XCS-2P5012 Scheneider	473034	Unidade	87	R\$ 645,21	R\$ 56.133,27
18	Sensor ultrassônico fotoelétrico difuso; M18 x 1 mm; Alcance de detecção 80...1200; (Alvo: 200 x 200 mm); abertura / fechamento; (parametrizável + 1x Saída de tensão); Analógico; DC PNP; M12 Conexão; IP 67; Temperatura ambiente -20...70 °C. Referência: UGT582 ifm	473034	Unidade	63	R\$ 2.099,33	R\$ 132.257,79
19	Relé de segurança categoria IV, universal, Botões de emergência, cortinas de luz, sensores de segurança, chaves de intertravamento,	438459	Unidade	51	R\$ 765,37	R\$ 39.033,87

	com alimentação 24 VDC, Saída 3NA+1NF, Aplicação trilho DIN					
20	<p>Alicate amperímetro com capacímetro True RMS. Mede corrente DC e AC pela garra, True RMS, Mede capacitor, Lanterna para iluminação, Categoria CAT IV 600V, Display: LCD 3 5/6 Dígitos, 6000; Iluminação do Display e da Garra; Indicação de Polaridade: Automática, Abertura da Garra: 42mm; Data Hold; Modo relativo; Auto Power Off: Aprox. 15 minutos; Temperatura de Operação: 0°C a 40°C, (32°F a 104°F); Temperatura de Armazenamento: - 20°C a 60°C, (-4°F a 140°F); TENSÃO DC e AC Faixas: 6V, 60V, 600V e 1000V; CORRENTE DC e AC pela garra, Faixas 60A, 600A 1000A; RESISTÊNCIA até 60 M Ohms; CAPACITÂNCIA até 60.000uf; TESTE DE CONTINUIDADE, NCV,</p>	341329	Unidade	37	R\$ 780,24	R\$ 28.868,88

	<p>FREQUÊNCIA até 10Khz.</p> <p>Alimentação: 3x1,5V tipo AAA.</p> <p>Acompanha ponteiras, manual e bateria. Referência: Marca: Minipa Modelo: ET-3367C</p>					
21	<p>Módulo de I/O Programável;</p> <p>Entradas: 4 digitais, 2 analógicas (isoladas); Saídas: 3 digitais ou 2 relés, 2 analógicas (isoladas); Tipos de entradas analógicas: Termopares J, K, T, N, E, R, S e B; Pt100, Pt1000, NTC, 0-60 mV, 0-5 V, 0-10 V, 0-20 mA, 4-20 mA; Tipos de saídas analógicas: 0-20 mA, 4-20 mA, 0-10 V; Interface de comunicação: USB, RS485;</p> <p>Alimentação: Tensão: 10 Vcc a 36 Vcc.; Máxima potência: 5 W; Corrente de consumo típica: 20 mA; Placa Arduino Integrada;</p> <p>Processador: ATMEGA4809;</p> <p>Memória de programa flash: 48Kb; Memória RAM: 6Kb; Tempo mínimo de ciclo: 50 ms; Watch-dog timer; Relógio de Tempo Real;</p>	608981	Unidade	27	<p>R\$ 1.581,12</p>	<p>R\$ 42.690,24</p>

	EEPROM 32Kb. Referência: Marca: Novus Modelo: DigiRail – Nxprog					
22	<u>motor de passo</u> <u>NEMA 23 -</u> <u>15kgf.cm 3A,</u> <u>ângulo de passo</u> <u>1,8°.</u>	431750	Unidade	64	R\$ 277,55	R\$ 17.763,20
23	drive motor de passo compatível com NEMA 23, alimentação de 20 a 50 Vcc, suportar corrente de 5A ou mais.	608983	Unidade	58	R\$ 319,62	R\$ 18.537,96
24	HUB modbus com 8 conexões escravo RJ45 e 2 entradas modbus. Ref: LU9GC3	476373	Unidade	25	R\$ 2.188,30	R\$ 54.707,50
25	Inversor frequência, tensão de alimentação 380 - 500 Vac, Potência de 1,5kW, com Filtro EMC integrado, rede de comunicação Modbus incorado. Referência: SCHNEIDER ATV320U15N4C	475380	Unidade	46	R\$ 4.250,82	R\$ 195.537,72

(*)Quantidade total após adesão da IRP, conforme Quadro de IRP – Anexo IV do Edital.

Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado do(a) homologação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 2

(dois) anos de vigência, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10729992000146-0-000003/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 59;
- IV) Classe/Grupo: 5999 (componentes elétricos e eletrônicos diversos);
- V) Identificador da Futura Contratação: 151964-90014/2023.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

7. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 8. A CONTRATADA deverá, durante a execução do objeto deste Edital, procurar atender os critérios mínimos de sustentabilidade que seguem, sem que haja exaustão de outros que advirem:
- 9. - Fornecimento aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução de serviços (A empresa deve ter técnico de segurança ou pessoal responsável pela avaliação de EPIs treinamentos para o correto uso dos mesmo, nos trabalhos a serem executados no contrato, assim como para garantir o fornecimento e renovação dos EPIs e EPCs a serem utilizados no contrato);
- 10. - Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local a serem utilizados durante a execução do contrato;
- 11. - Maior eficiência na utilização de recursos naturais (água e energia), bem como o uso de materiais com características sustentáveis (biodegradáveis, reciclados, atóxicos, de fabricação nacional, etc);
- 12. - Geração de empregos preferencialmente com mão de obra local;
- 13. - Uso de inovações/tecnologias que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 14. Justifica-se a solicitação de atendimento a critérios de sustentabilidade, em razão do compromisso que a Instituição tem para com o meio ambiente, comprometendo-se com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região e do País”.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

15. Na presente contratação foram indicadas marcas de referência, descritas na tabela do item 1.1 do Termo de Referência, como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, sendo admitida a oferta de marcas equivalentes, similares ou de melhor qualidade.

Subcontratação

16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Margem de Preferência

17. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto n.º 11.890, DE 22 DE JANEIRO DE 2024, conforme disposto na Resolução SEGES-CICS/MGI Nº 4, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

18. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento do empenho, em remessa única.
19. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
20. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço

Garantia, manutenção e assistência técnica

21. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

22. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
23. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
24. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
25. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
26. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
27. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

28. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
29. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

30. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 30.a. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
31. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 31.a. o prazo de validade;
 - 31.a. a data da emissão;
 - 31.a. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 31.a. o período respectivo de execução do contrato;
 - 31.a. o valor a pagar; e
 - 31.a. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
32. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
33. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
34. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
35. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
36. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
37. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
38. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

39. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

Forma de pagamento

40. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

41. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

42. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

42.a. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

43. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

44. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

44.a. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

45. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

46. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

47. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

48. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

49. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

50. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.2.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- SICAF; e

- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.3 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.5 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.2.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.2.7 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.2.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.2.9 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2.10 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.2.11 No caso da existência de um único fornecedor do bem a ser adquirido, excepcional e comprovadamente, poderá ser contratado ainda que esteja impedido ou suspenso para contratar com o Poder Público, nos termos do art. 13, §2º, da Medida Provisória nº 1.221, de 2014.

51. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

52. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

53. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

54. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

55. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
56. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
57. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
58. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
59. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

60. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
61. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
62. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
63. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
64. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
65. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
66. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
67. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

68. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.907.338,77 (um milhão novecentos e sete mil, trezentos e trinta e oito reais com setenta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.
69. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

69.a. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

69.a. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

69.a. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

69.a. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Venâncio Aires, 22 de outubro de 2024.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

APÊNDICE A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 16/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23356.001021.2024-01

2. Descrição da necessidade

Automação-Materiais e equipamentos

Aquisição de materiais e equipamentos de automação, para atender as necessidades dos laboratórios do IFSUL- Venâncio Aires, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

A fim de atender o disposto nas Diretrizes para Elaboração dos Estudos Preliminares, Instrução Normativa Nº 58, de 08 de agosto de 2022, apresentamos a seguir o Estudo Preliminar realizado por esta Equipe de Estudos Técnicos Preliminares, designado pela Portaria n.º 1053, de 20 de junho de 2024.

O referido objeto se enquadra como **bens e/ou serviços comuns**, tendo em vista que possui padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais demercado;

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Cursos Técnicos (automação)	Marcelo de Barros

4. Necessidades de Negócio

O IFSUL Venâncio Aires, depende do provimento dos materiais a serem licitados a fim de dar prosseguimento ao andamento regular das atividades dos cursos técnicos em Eletromecânica e Refrigeração e Climatização e do curso superior em Engenharia Mecânica, anualmente, para um universo de aproximadamente 576 (quinhentos e setenta e seis) alunos que frequentam suas salas de aula.

Os materiais licitados são diariamente demandados para essas atividades, por se tratarem de materiais utilizados na aprendizagem de conceitos eletroeletrônico, automação industrial, e mecânicos. Os mesmos são adquiridos à medida que há necessidade e recursos disponíveis para tal finalidade.

5. Necessidades Tecnológicas

Face à crescente demanda por recursos didáticos que possibilitem aulas práticas, faz-se necessária à implementação irrestrita e judiciosa da gestão de materiais eletroeletrônicos, áudio e vídeo em todos os níveis no IFSUL.

Quanto a padronização dos recursos de materiais eletroeletrônicos, é necessário que haja uma constante preocupação com a padronização dos ativos e sistemas de informação existentes no câmpus, o que proporcionará uma facilidade na contratação de serviços e bens, bem como a redução de desperdícios.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Em se tratando de planejamento de aquisições de material de automação o termo **sustentabilidade** pode ser interpretado por duas vertentes:

- a primeira está voltada para “**efetividade**” das aquisições, ou seja, no momento do planejamento, tem que ser visualizado todo o ciclo de vida do bem ou serviço a ser adquirido.
- a segunda está relacionada ao conjunto de ações voltadas para a solução ou redução do impacto ambiental, econômico e social das atividades humanas em nosso ambiente, como o lixo eletrônico gerado por equipamentos eletroeletrônicos.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

As quantidades demandadas foram revistas e sua adequação foi feita com a real e eventual necessidade dos materiais, para não superestimar as quantidades e extrapolar os limites orçamentários previstos em Lei.

8. Levantamento de soluções

1. Realização de Pregão Eletrônico para contratação de fornecedor de material automação, propondo solução para a contratação;
2. Adesão a Ata de SRP como PARTICIPANTE, de outra UASG, cujos objetos são similares;

3. Adesão a ATA de outro Pregão similar mediante adesão a não Participante (CARONA).

9. Análise comparativa de soluções

De acordo com a conveniência da **UASG 151964– IFSUL campus Venâncio Aires**, é sugerido a realização de Pregão Eletrônico SRP, tendo em vista a necessidade de uma constante preocupação com a padronização dos ativos e sistemas de informação existentes no câmpus, o que proporcionará uma facilidade na contratação de serviços e bens, bem como a redução de desperdícios, o que dificilmente aconteceria em adesões de processos de outros órgãos.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

De acordo com o justificado no Item 9.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Planilha de itens com valores obtidos a partir de empresas do ramo com inclusão de demais custos como o frete.

CATM AT	Item	Descrição	Referência	Qtd	Valor médio uni	Valor total
6133 10	1	Controlador Lógico Programável compacto, com alimentação 24Vcc, 14 Entradas digitais sink/source 24vcc destas 6 entradas normal, 4 entradas rápidas e 4 entradas de alta velocidade , 10 Saídas digitais a relé, 2 Portas de comunicação Ethernet TCP/IP (RJ45) e Modbus RTU/ASCII	SCHNEIDER TM200CE2 4R	6	R\$ 3.413,59	R\$ 20.48
4842 61	2	Cartão de expansão frontal compatível com CLP do ITEM1, 2 entradas analógicas (12-bit resolução) 0...10V/ 0...5V/ 0...20mA / 4...20mA 1 saída analógica (12-bit resolução) 0...10V/ 0...5V/ 0...20mA / 4...20mA	SCHNEIDER TMCR2A M3	5	R\$ 2.432,35	R\$ 12.16
4588 30	3	Cartão de expansão frontal compatível com CLP do ITEM1, deve ter 2 entradas para temperatura (12 ou 14-bit resolução dependendo da entrada de sinal) tipos de sensores K, J, R, S, B, E, T, N, C, PT100, PT1000, NI100, NI1000	SCHNEIDER TMCR2TI 2	5	R\$ 2.736,74	R\$ 13.68
4548 57	4	IHM display Touch Screen tamanho 7 polegadas, resolução 800 x 480 pixels , IP65, Alimentação 24Vdc, comunicação RS232 e RS485, Ethernet TCP/IP, RTC, Compatível com software Vijeo Designer Basic	SCHNEIDER HMIET640 0	5	R\$ 9.388,57	R\$ 46.94
3438 55	5	Switch não gerenciável 5 portas TCP/IP ETHERNET conexão RJ45, Tensão de alimentação 24 Vdc, compatível com montagem trilho DIN de 35 mm	SCHNEIDER MCSESU053 FN0	5	R\$ 2.912,49	R\$ 14.56

3723 31	6	Sensores Flexíveis com Mola e Baioneta; - Sensor temperatura Termopartipo J, 6 MM de diametro, com 2000 MM de cabo de malha de aço e terminal na ponta.	DIGIME C; SIBRAT EC	10	R\$ 108,07	R\$ 1.080
4763 73	7	Controlador Lógico Programável compacto, com alimentação 24Vcc, 8 entradas digitais, 4 entradas analógicas (12 bits), 8 saídas a relé e função comunicação RS485 modbus RTU incorporado	WEG CLW02 20VR-D	5	R\$ 1.913,38	R\$ 9.566
3416 30	8	Cabo de programação: Compatível com CLP WEG CLIC 02 - versão USB.	Marca: WEG Modelo: CLW02 /ULINK	4	R\$ 612,45	R\$ 2.449
4842 61	9	Modulo de expansão com 2 saídas analógicas 0-10 V cc / 0-20 mA - 12 bits	WEG CLW-02 2AO 3RD	4	R\$ 2.516,59	R\$ 10.06
4503 31	1 0	Modulo de expansão 4 entradas digitais e 4 saídas digitais a transistor, alimentação 24Vdc, Compatível com CLP WEG linha Clic CLW02, Montado sobre trilho DIN.	WEG CLW-02 8ET-D	4	R\$ 1.440,80	R\$ 5.763
4842 61	1 1	Modulo de expansão para comunicação RS485, escravo Modbus, Compatível com CLP WEG linha Clic CLW02, Montado sobre trilho DIN.	WEG CLW-02 MBUS 3RD	4	R\$ 3.337,18	R\$ 13.34
3994 97	1 2	Sensor indutivo tubular M18 corpo latão niquelado Faceado, com distância de detecção entre 1 até 15mm, saída transistor 200mA PNP, com 4 Fios, alimentação 24Vdc, IP67, contendo led de indicação		20	R\$ 234,99	R\$ 4.699
3994 73	1 3	Sensor Capacitivo tubular M18 corpo latão niquelado com distância de detecção entre 8 até 25mm, saída transistor 200mA PNP, com 4 Fios, alimentação 24Vdc, IP67, contendo led de indicação	CPW2 2WEG	20	R\$ 232,27	R\$ 4.645
4754 72	1 4	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo reflexão difusa com ajuste de sensibilidade (distância de até 20cm), saída PNP 4 fios NA + NF, com cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc		20	R\$ 196,61	R\$ 3.932

3997 13	1 5	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo barreira com ajuste de sensibilidade (distância de até 10 metros ou mais), saída PNP 4 fios NA+NF, com cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc		10	R\$ 1.025,47	R\$ 10.25
3995 43	1 6	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo retroreflexivo (distância de até 2 metros), saída PNP 4 fios NA+NF, com cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc (DEVE ACOMPANHAR REFLETOR COMPATIVEL)		20	R\$ 738,48	R\$ 14.76
4730 34	1 7	Sensor magnético de segurança retangular que atendem as normas vigentes NR12, alimentação 24Vdc, saída 1NA+2NF, com cabo de 2 metros	XCS-2P5012 Schneider	10	R\$ 645,21	R\$ 6.452
4730 34	1 8	Sensor ultrassônico fotoelétrico difuso; M18 x 1 mm; Alcance de detecção 80...1200; (Alvo: 200 x 200 mm); abertura / fechamento; (parametrizável + 1x Saída de tensão); Analógico; DC PNP; M12 Conexão; IP 67;	UGT582 ifm	5	R\$ 2.099,33	R\$ 10.49

		Temperatura ambiente -20...70 °C				
4384 59	1 9	Relé de segurança categoria IV, universal, Botões de emergência, cortinas de luz, sensores de segurança, chaves de intertravamento, com alimentação 24 VDC, Saída 3NA+1NF, Aplicação trilho DIN		10	R\$ 765,37	R\$ 7.653
3413 29	2 0	Alicate amperímetro com capacímetro True RMS. Mede corrente DC e AC pela garra, True RMS, Mede capacitor, Lanterna para iluminação, Categoria CAT IV 600V, Display: LCD 3 5/6 Dígitos, 6000; Iluminação do Display e da Garra; Indicação de Polaridade: Automática, Abertura da Garra: 42mm; Data Hold; Modo relativo; Auto Power Off: Aprox. 15 minutos; Temperatura de Operação: 0°C a 40°C, (32°F a 104°F); Temperatura de Armazenamento: -20°C a 60°C, (-4°F a 140°F); TENSÃO DC e AC Faixas: 6V, 60V, 600V e 1000V; CORRENTE DC e AC pela garra, Faixas 60A, 600A 1000A; RESISTÊNCIA até 60 M Ohms; CAPACITÂNCIA até 60.000uf; TESTE DE CONTINUIDADE, NCV, FREQUÊNCIA até 10Khz. Alimentação: 3x1,5V tipo AAA. Acompanha ponteiros, manual e bateria.	Marca: Minipa Modelo: ET-3367C	4	R\$ 780,24	R\$ 3.120
6089 81	2 1	Módulo de I/O Programável; Entradas: 4 digitais, 2 analógicas (isoladas); Saídas: 3 digitais ou 2 relés, 2 analógicas (isoladas); Tipos de entradas analógicas: Termopares J, K, T, N, E, R, S e B; Pt100, Pt1000, NTC, 0-60mV, 0-5 V, 0-10 V, 0-20 mA, 4-20 mA; Tipos de saídas analógicas: 0-20 mA, 4-20 mA, 0-10 V; Interface de comunicação: USB, RS485; Alimentação: Tensão: 10 Vcc a 36 Vcc,; Máxima potência: 5 W; Corrente de consumo típica: 20 mA; Placa Arduino Integrada; Processador: ATMEGA4809; Memória de programa flash: 48Kb; Memória RAM: 6Kb; Tempo mínimo de ciclo: 50 ms; Watch-dog timer; Relógio de Tempo Real; EEPROM 32Kb.	Marca: Novus Modelo: DigiRail -NXprog	4	R\$ 1.581,12	R\$ 6.324
4317 50	2 2	motor de passo NEMA 23 - 15kgf.cm 3A, ângulo de passo 1,8°,		6	R\$ 277,55	R\$ 1.665
6089 83	2 3	drive motor de passo compatível com NEMA 23, alimentação de 20 a 50 Vcc, suportar corrente de 5A ou mais.		6	R\$ 319,62	R\$ 1.917
4763 73	2 4	HUB modbus com 8 conexões escravo RJ45 e 2 entradas modbus. Ref: LU9GC3		6	R\$ 2.188,30	R\$ 13.12
4753 80	2 5	Inversor frequência, tensão de alimentação 380 - 500 Vac, Potência de 1,5kW, com Filtro EMC integrado, rede de comunicação Modbus incorado	SCHENEIDER ATV320U15 N4C	6	R\$ 4.250,82	R\$ 25.50

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

A(s) licitante(s) vencedora (s) deverá(ão) atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01, de 19/01/2010.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 264.675,30

Os quantitativos e valores totais são um estimativo do que é usado nas aulas laboratoriais dos diferentes cursos no âmbito do **IFSUL campus Venâncio Aires**, conforme tabela abaixo:

CATM AT	Item	Descrição	Referência	Qtd	Valor médio unid	Valor t
6133 10	1	Controlador Lógico Programável compacto, com alimentação 24Vcc, 14 Entradas digitais sink/source 24vcc destas 6 entradas normal, 4 entradas rápidas e 4 entradas de alta velocidade, 10 Saídas digitais a relé, 2	SCHNEIDER TM200CE 24R	6	R\$ 3.413,59	R\$ 20.48

		Portas de comunicação Ethernet TCP/IP (RJ45) e Modbus RTU/ASCII				
4842 61	2	Cartão de expansão frontal compatível com CLP do ITEM1, 2 entradas analógicas (12-bit resolução) 0...10V/ 0...5V/ 0...20mA / 4...20mA 1 saída analógica (12-bit resolução) 0...10V/ 0...5V/ 0...20mA / 4...20mA	SCHNEIDER TMCR2AM3	5	R\$ 2.432,35	R\$ 12.16
4588 30	3	Cartão de expansão frontal compatível com CLP do ITEM1, deve ter 2 entradas para temperatura (12 ou 14-bit resolução dependendo da entrada de sinal) tipos de sensores K, J, R, S, B, E, T, N, C, PT100, PT1000, NI100, NI1000	SCHNEIDER TMCR2TI2	5	R\$ 2.736,74	R\$ 13.68
4548 57	4	IHM display Touch Screen tamanho 7 polegadas, resolução 800 x 480 pixels , IP65, Alimentação 24Vdc, comunicação RS232 e RS485, Ethernet TCP/IP, RTC, Compatível com software Vijeo Designer Basic	SCHNEIDER HMIET6400	5	R\$ 9.388,57	R\$ 46.94
3438 55	5	Switch não gerenciável 5 portas TCP/IP ETHERNET conexão RJ45, Tensão de alimentação 24 Vdc, compatível com montagem trilho DIN de 35 mm	SCHNEIDER MCSESU053FN0	5	R\$ 2.912,49	R\$ 14.56
3723 31	6	Sensores Flexíveis com Mola e Baioneta; - Sensor temperatura Termopartipo J, 6 MM de diametro, com 2000 MM de cabo de malha de aço e terminal na ponta.	DIGIMEC; SIBRAT EC	10	R\$ 108,07	R\$ 1.080
4763 73	7	Controlador Lógico Programável compacto, com alimentação 24Vcc, 8 entradas digitais, 4 entradas analógicas (12 bits), 8 saídas a relé e função comunicação RS485 modbus RTU incorporado	WEG CLW02 20VR-D	5	R\$ 1.913,38	R\$ 9.566
3416 30	8	Cabo de programação: Compatível com CLP WEG CLIC 02 - versão USB.	Marca: WEG Modelo: CLW02 /ULINK	4	R\$ 612,45	R\$ 2.449
4842 61	9	Modulo de expansão com 2 saídas analógicas 0-10 Vcc / 0-20 mA - 12 bits	WEG CLW-02 2AO 3RD	4	R\$ 2.516,59	R\$ 10.06
4503 31	10	Modulo de expansão 4 entradas digitais e 4 saídas digitais a transistor, alimentação 24Vdc, Compatível com CLP WEG linha Clic CLW02, Montado sobre trilho DIN.	WEG CLW-02 8ET-D	4	R\$ 1.440,80	R\$ 5.763
4842 61	11	Modulo de expansão para comunicação RS485, escravo Modbus, Compatível com CLP WEG linha Clic CLW02, Montado sobre trilho DIN.	WEG CLW-02 MBUS 3RD	4	R\$ 3.337,18	R\$ 13.34
3994 97	12	Sensor indutivo tubular M18 corpo latão niquelado Faceado, com distância de detecção entre 1 até 15mm, saída transistor 200mA PNP, com 4 Fios, alimentação		20	R\$ 234,99	R\$ 4.699

		24Vdc, IP67, contendo led de indicação				
3994 73	1 3	Sensor Capacitivo tubular M18 corpo latão niquelado com distância de detecção entre 8 até 25mm, saída transistor 200mA PNP, com 4 Fios, alimentação 24Vdc, IP67, contendo led de indicação	CPW 22 WEG	20	R\$ 232,27	R\$ 4.645
4754 72	1 4	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo reflexão difusa com ajuste de sensibilidade (distância de até 20cm), saída PNP 4 fios NA + NF, com cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc		20	R\$ 196,61	R\$ 3.932
3997 13	1 5	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo barreira com ajuste de sensibilidade (distância de até 10 metros ou mais), saída PNP 4 fios NA+NF, com cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc		10	R\$ 1.025,47	R\$ 10.25
3995 43	1 6	Sensor fotoelétrico tubular M18, tipo retroreflexivo (distância de até 2 metros), saída PNP 4 fios NA+NF, com cabo de 2 metros, contendo led de indicação, alimentação 24Vdc (DEVE ACOMPANHAR REFLETOR COMPATIVEL)		20	R\$ 738,48	R\$ 14.76
4730 34	1 7	Sensor magnético de segurança retangular que atendem as normas vigentes NR12, alimentação 24Vdc, saída 1NA+2NF, com cabo de 2 metros	XCS- 2P5012 Schneider	10	R\$ 645,21	R\$ 6.452
4730 34	1 8	Sensor ultrassônico fotoelétrico difuso; M18 x 1 mm; Alcance de detecção 80...1200; (Alvo: 200 x 200 mm); abertura / fechamento; (parametrizável + 1x Saída de tensão); Analógico; DC PNP; M12 Conexão; IP 67; Temperatura ambiente -20...70 °C	UGT582 ifm	5	R\$ 2.099,33	R\$ 10.49
4384 59	1 9	Relé de segurança categoria IV, universal, Botões de emergência, cortinas de luz, sensores de segurança, chaves de intertravamento, com alimentação 24 VDC, Saída 3NA+1NF, Aplicação trilho DIN		10	R\$ 765,37	R\$ 7.653
		Alicate amperímetro com capacímetro True RMS. Mede corrente DC e AC pela garra, True RMS, Mede capacitor, Lanterna para iluminação,				

3413 29	2 0	Categoria CAT IV 600V, Display: LCD 3 5/6 Dígitos, 6000; Iluminação do Display e da Garra; Indicação de Polaridade: Automática, Abertura da Garra: 42mm; Data Hold; Modo relativo; Auto Power Off: Aprox. 15 minutos; Temperatura de Operação: 0°C a 40°C, (32°F a 104°F); Temperatura de Armazenamento: -20°C a 60°C, (-4°F a 140°F); TENSÃO DC e AC Faixas: 6V, 60V, 600V e 1000V; CORRENTE DC e AC pela garra, Faixas 60A, 600A 1000A; RESISTÊNCIA até 60 M Ohms; CAPACITÂNCIA até 60.000uf; TESTE DE CONTINUIDADE, NCV, FREQUÊNCIA até 10Khz. Alimentação: 3x1,5V tipo AAA. Acompanha ponteiros, manual e bateria.	Marca: Minipa Modelo: ET-3367C	4	R\$ 780,24	R\$ 3.120
6089 81	2 1	Módulo de I/O Programável; Entradas: 4 digitais, 2 analógicas (isoladas); Saídas: 3 digitais ou 2 relés, 2 analógicas (isoladas); Tipos de entradas analógicas: Termopares J, K, T, N, E, R, S e B; Pt100, Pt1000, NTC, 0-60mV, 0-5 V, 0-10 V, 0-20 mA, 4-20 mA; Tipos de saídas analógicas: 0-20 mA, 4-20 mA, 0-10 V; Interface de comunicação: USB, RS485; Alimentação: Tensão: 10 Vcc a 36 Vcc,; Máxima potência: 5 W; Corrente de consumo típica: 20 mA; Placa Arduino Integrada; Processador: ATMEGA4809; Memória de programa flash: 48Kb; Memória RAM: 6Kb; Tempo mínimo de ciclo: 50 ms; Watch-dog timer; Relógio de Tempo Real; EEPROM 32Kb.	Marca: Novus Modelo: DigiRail-NXprog	4	R\$ 1.581,12	R\$ 6.324
4317 50	2 2	motor de passo NEMA 23 - 15kgf.cm 3A, ângulo de passo 1,8°,		6	R\$ 277,55	R\$ 1.665
6089 83	2 3	drive motor de passo compatível com NEMA 23, alimentação de 20 a 50 Vcc, suportar corrente de 5A ou mais.		6	R\$ 319,62	R\$ 1.917
4763 73	2 4	HUB modbus com 8 conexões escravo RJ45 e 2 entradas modbus. Ref: LU9GC3		6	R\$ 2.188,30	R\$ 13.12
4753 80	2 5	Inversor frequência, tensão de alimentação 380 - 500 Vac, Potência de 1,5kW, com Filtro EMC integrado, rede de comunicação Modbus incorado	SCHNEIDER ATV320U15 N4C	6	R\$ 4.250,82	R\$ 25.50



14. Justificativa técnica da escolha da solução

Justifica-se a aquisição deste materiais por serem equipamentos amplamente utilizados para desenvolvimento de sistemas de automação industrial, além disto foi escolhido estes equipamentos por utilizarem softwares livres sem a necessidade de aquisição de uma licença específica para utilização dos mesmos.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

Justifica-se a economicidade da referida aquisição tendo em vista que não temos itens aderidos em outros processos da rede de ensino que satisfaça a necessidade do cursos do câmpus.

16. Alinhamento da contratação

A contratação ora pretendida está em consonância com o Plano de Contratações Anual de 2024 do IFSUL. Alinha-se, ainda, ao princípio constitucional da legalidade, na medida em que a contratação pretendida decorre de imposição legal.

I) ID PCA no PNCP: 10729992000146-0-000003/2024

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 59

IV) Classe/Grupo: 5999 - COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DIVERSOS

V) Identificador da Futura Contratação: 151964-90014/2023

17. Providências a serem Adotadas

Não será necessário.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Melhoria nas atividades práticas desenvolvidas em conjunto com as teóricas para fixação de conhecimentos trabalhadas.

Possibilidade de pôr em prática estudos realizados referentes a desenvolvimento de sistemas automatizados utilizado em indústrias da região.

Disponibilizar aos alunos acesso as tecnologias atuais e amplamente utilizadas pelas empresas.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON CAMARGO PONSI

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 24/10/2024 às 14:30:37.

CAROLINA JANTSCH DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento

MARCELO DE BARROS

Área demandante

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

Declaramos viável a referida aquisição, a fim de disponibilizar aos alunos acesso as tecnologias atuais e amplamente utilizadas pelas empresas através do prosseguimento regular das atividades dos cursos técnicos em Eletromecânica e Refrigeração e Climatização e do curso superior em Engenharia Mecânica, anualmente.

ANEXO II
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS VENÂNCIO AIRES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS VENÂNCIO AIRES, com sede na cidade de Venâncio Aires-RS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 107.299.92/0009-01, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Geral, Geovane Griesang nomeado(a) pela Portaria nº xxxxx de xxxxx de 202..., publicada no de de, portador da matrícula funcional nº xxxxxxxxxxxx considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/2024, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação 90026/2024, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de itens de automação para as aulas dos cursos técnicos do IFSUL campus Venâncio, especificado(s) no(s) item(ns).xxxxxxxx. do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº 90026/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto de cada item, o valor unitário e total, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	Especifica ção	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Uni	Valor Total	Prazo garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE CAMPUS VENÂNCIO AIRES.

3.2 Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP **poderão** aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.3 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.4 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.5 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.6 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.7 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.8 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.9 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.10 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.11 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.12 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.10, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.13 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1 A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.4 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.8 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.9 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.9.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.9.2 Mantiverem sua proposta original.
- 5.10 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.11 O registro a que se refere o item 5.10 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.12 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.13 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.11, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.13.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 5.13.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.14 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

- 5.15 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.16 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.17 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.18 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.15, observando o item 5.16, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.19 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.18, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
 - 5.19.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 5.19.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.20 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.4 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.5 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 6.6 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.8 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.10 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.11 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.12 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

- 8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item [8.3](#), a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.3 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.4 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.5 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.7 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.9 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.9.1 Por razão de interesse público;
- 9.9.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.9.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ... () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo A da Ata de SRP

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Uni	Valor Total	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Uni	Valor Total	Prazo garantia ou validade

ANEXO III

PLANILHA DA PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90026/2024

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1						
2						
3						
4						
5						

Prazo de entrega do material: no máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

Declaração: nos preços cotados estão incluídas todas as despesas tais como frete (CIF), impostos, taxas, seguros, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto do Pregão.

Licitante: Razão Social, CNPJ, endereço completo, número do telefone, fax e e-mail, bem como, número da conta corrente, nome do banco e agência onde deseja receber seus créditos.

Validade: mínimo 60 dias, conforme item 5.7.1 do edital.

_____, ____ de _____ de 2024

ANEXO IV

Quadro Resumo da IRP

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
1	Materia I	613310-Módulo eletrônico	Unidade	Menor Preço	3.413,5900	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	6
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	2
2	Materia I	484261-Módulo Eletrônico	Unidade	Menor Preço	2.432,3500	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	5
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	2
3	Materia I	458830-Módulo eletrônico	Unidade	Menor Preço	2.736,7400	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	5
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	2
4	Materia I	454857-Pecas, acessórios, equipamentos especializados	Unidade	Menor Preço	9.388,5700	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	5
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	2
5	Materia I	343855-Módulo eletrônico	Unidade	Menor Preço	2.912,4900	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	10
6	Materia I	372331-Fio Termopar	Unidade	Menor Preço	108,0700	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	10
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	20
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	4
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS	Charqueadas/RS	10

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						S CHARQUEADAS		
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	13
7	Materia I	476373-Módulo Eletrônico	Unidade	Menor Preço	1.913,3800	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	6
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	5
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	5
8	Materia I	341630-Módulo eletrônico	Unidade	Menor Preço	612,4500	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	6
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	4
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	1
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	5
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	15
9	Materia I	484261-Módulo Eletrônico	Unidade	Menor Preço	2.516,5900	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	6

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	4
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	1
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	5
10	Materia I	450331-Módulo eletrônico	Unidade	Menor Preço	1.440,8000	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	6
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	4
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	1
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	5
11	Materia I	484261-Módulo Eletrônico	Unidade	Menor Preço	3.337,1800	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	6
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	4
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	5
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	2
12	Materia I	399497-Sensor eletrônico	Unidade	Menor Preço	234,9900	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	1 2
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	2 0
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	1 0
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	2 0
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	4
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	1 0
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	1 0
13	Materia I	399473-Sensor eletrônico	Unidade	Menor Preço	232,2700	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	1 2
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	2 0
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	1 0
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	2 0
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	4
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	2 0
14	Materia I	475472-Sensor	Unidade	Menor Preço	196,6100	151878 - INST.FED.SUL-RIO-	Camaquã/RS	1 2

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
		eletrônico				GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA		
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	20
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	10
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	20
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	4
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	24
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	10
15	Materia I	399713-Sensor eletrônico	Unidade	Menor Preço	1.025,4700	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	12
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	10
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	20
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	21
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	10
16	Materia I	399543-Dispositivo optico - eletrônico	Unidade	Menor Preço	738,4800	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	12
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	20
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO	SantAna do Livramento/RS	5

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						LIVRAMENTO		
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	20
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	4
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	22
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	10
17	Materia I	473034-Sensor eletrônico	Unidade	Menor Preço	645,2100	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	10
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	5
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	20
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	4
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	21
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	17
18	Materia I	473034-Sensor eletrônico	Unidade	Menor Preço	2.099,3300	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	5
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	3
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	20
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	21

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	2
19	Materia I	438459-Relé supervisão	Unidade	Menor Preço	765,3700	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	6
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	10
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	3
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	4
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	4
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	14
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	2
20	Materia I	341329-Alicate amperímetro	Unidade	Menor Preço	780,2400	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	4
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	4
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	16
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	1
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	10
						158339 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS SAPUCAIA	SAPUCAIA/RS	2
Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
21	Materia I	608981-Módulo eletrônico	Unidade	Menor Preço	1.581,1200	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	4
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL	Lajeado/RS	10

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						RIO GRANDENSE		
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	1
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	2
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	2
22	Materia I	431750-Motor elétrico	Unidade	Menor Preço	270,0000	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	10
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	6
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	4
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	20
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	5
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	10
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	5
						158339 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS SAPUCAIA	Sapucaia/RS	4
23	Materia I	608983-Módulo eletrônico	Unidade	Menor Preço	320,0000	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	10
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	6
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	4
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	20
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	5
						158340 - INST.FED.SUL	Charqueadas/R	4

Nº do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Critério de Julgamento	Valor Unitário Estimado (R\$)	UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade		
						R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	S	
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	5
						158339 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS SAPUCAIA	Sapucaia/RS	4
24	Materia I	476373-Módulo Eletrônico	Unidade	Menor Preço	1.823,000 0	151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	6
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	4
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	2
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	5
25	Materia I	475380-Inversor frequência	Unidade	Menor Preço	3.489,000 0	151878 - INST.FED.SUL-RIO-GRANDENSE/CAMPUS CAMAQUA	Camaquã/RS	8
						151964 - IFSUL RIO GRANDENSE /CAMPUS VENANCIO AIRES	Venâncio Aires/RS	6
						154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	SantAna do Livramento/RS	4
						155144 - CAMPUS LAJEADO IFECT SUL RIO GRANDENSE	Lajeado/RS	10
						155146 - CAMPUS SAPIRANGA IFECT SUL RIO GRANDENSE	Sapiranga/RS	8
						158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	3
						158340 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS CHARQUEADAS	Charqueadas/RS	5
						158675 - INST.FED.DO RS/CAMPUS IBIRUBÁ	Ibirubá/RS	2

ANEXO V

PLANILHA DE ITENS MÍNIMOS E MÁXIMOS DE AQUISIÇÃO

ITEM	Venâncio Aires		Sapiranga		Passo Fundo		Camaquã		Lajeado		Sant. Livramento		Charqueadas		Ibirubá		Sapucaia	
	Min	Máx	Min	Máx	Min	Máx	Min	Máx	Min	Máx	Min	Máx	Min	Máx	Min	Máx	Min	Máx
1	1	6	1	8	1	2			1	10	1	5	1	2				
2	1	5	1	8	1	2			1	10	1	5	1	2				
3	1	5	1	8	1	2			1	10	1	5	1	2				
4	1	5	1	8	1	2			1	10	1	5	1	2				
5	1	5	1	8	1	2			1	10			2	10				
6	2	10	1	20	1	4			-	-	1	10	2	10	1	13		
7	1	5	1	8	1	2	1	6	1	10	1	5	2	5				
8	1	4	1	8	1	1	1	6	1	10	1	5	2	5	1	15		
9	1	4	1	8	1	1	1	6	1	10	1	5	2	5				
10	1	4	1	8	1	1	1	6	1	10	1	5	2	5				
11	1	4	1	8	1	2	1	6	1	10	1	5	2	5	1	2		
12	1	20	1	20	1	4	1	12	-	-	1	12	5	10	1	10		
13	1	20	1	20	1	4	1	12	-	-	1	10	5	20				
14	2	20	1	20	1	4	1	12	1	10	1	10	5	24	1	10		
15	1	10	1	20			1	12	1	10	1	5	5	21	1	10		

16	1	20	1	20	1	4	1	12	1	10	1	5	5	22	1	10		
17		10	1	20	1	4			1	10	1	5	5	21	1	17		
18		5	1	20	1	2			1	10	1	3	5	21	1	2		
19		10	1	8	1	4	1	6	1	4	1	3	5	14	1	2		
20(*)		4	1	16	1	1			1	-	1	4	5	10			1	2
21		4	1	8	1	1			1	10			1	2	1	2		
22		6	1	20	1	5	1	10	1	-	1	4	2	10	1	5	1	4
23		6	1	20	1	5	1	10	1	-	1	4	1	4	1	5	1	4
24		6	1	8	1	2			1	4			2	5				
25		6	1	8	1	3	1	8	1	10	1	4	2	5	1	2		